



Congresso Internacional de Administração
ADM 2021

Administração Ágil
Inovação e Trabalho Remoto

25 a 27
de outubro

Ponta Grossa - Paraná - Brasil

A IMPORTÂNCIA DO PONTO DE EQUILÍBRIO EM INSTITUIÇÃO RELIGIOSA EM MORRINHOS (GO)

THE IMPORTANCE OF THE BALANCE POINT IN A RELIGIOUS INSTITUTION IN MORRINHOS (GO)

ÁREA TEMÁTICA: Finanças

Lucivone Maria Peres de Castelo Branco, Centro Universitário UniCerrado, Brasil, lucivonecb@yahoo.com.br

Max Cherbã Inácio Vieira, Centro Universitário UniCerrado, Brasil, maxxinacio@gmail.com

Resumo

As instituições religiosas desempenham papéis importantes dentro da sociedade e ainda conseguem manter-se apenas com doações e parcerias, além de contribuir para diminuição dos impactos sociais com obras de caridade de caráter religioso e de forma voluntária. O objetivo geral do estudo visa estudar a importância do ponto de equilíbrio da Instituição Religiosa na cidade de Morrinhos no Estado de Goiás, tendo como objetivos específicos: levantar as características de uma instituição sem fins lucrativos do ponto de vista da Administração e demonstrar o cálculo do ponto de equilíbrio financeiro de uma instituição sem fins lucrativos. O levantamento da pesquisa ocorreu entre os meses de fevereiro de 2021 a abril de 2021, e por meio de revisão de bibliografia de artigos científicos e através de dados financeiros referente ao ano de 2020. Os resultados foram quantificados pela fórmula do ponto de equilíbrio e de contribuição, contendo receitas geradas de acordo com as entradas e saídas. Após a análise através do ponto de equilíbrio da Paróquia, conclui-se que mesmo diante do cenário pandêmico, a mesma consegue suprir suas necessidades financeiras e ainda contribui para a sociedade de forma social e espiritual.

Palavras-chave: Ponto de Equilíbrio; Instituição sem Fins Lucrativos; Responsabilidade das Igrejas

Abstract

Religious institutions play important roles in society and still manage to maintain themselves only with donations and partnerships, in addition to contributing to the reduction of social impacts with charities of a religious character and voluntarily. The general objective of the study aims to study the importance of the point of balance of the Religious Institution in the city of Morrinhos in the State of Goiás, having as specific objectives: to raise the characteristics of a non-profit institution from the point of view of Administration and demonstrate the calculation of the financial breakeven point of a non-profit institution. The survey of the research took place between the months of February 2021 to April 2021, and through a bibliography review of scientific articles and through financial data for the year 2020. The results were quantified by the formula of the break-even point and of contribution, containing revenue generated according to inputs and outputs. After analyzing the Parish balance point, it is concluded that even in the face of the pandemic scenario, it is able to meet its financial needs and still contributes to society in a social and spiritual way.

Keywords: Balance Point; Non-Profit Institution; Responsibility of Churches

1. INTRODUÇÃO

No cenário empresarial vários pontos são importantes e fundamentais, além dos lucros, imagem, gestão, patrocinadores privados ou públicos, destaca-se também como principal a experiência pessoal, pois carecem de estímulos mais significativos, ou seja, histórias de vida real, do cotidiano, deste modo é possível ampliar a visão dos negócios para outras possibilidades como desenvolvimento sustentável e responsabilidade social, propiciando benefícios para ambas as partes (Peaucelle, 2012, & Gomes, 2006).

Com o crescimento da economia, muitos empresários, desenvolveram novas estratégias para se manterem no mercado, pois a concorrência era algo contínuo, neste sentido o marketing tornou-se uma ferramenta fundamental, possibilitando novos caminhos e viabilizando a imagem dos negócios, além de promover projetos, eventos e atividades envolvendo a comunidade como um todo (Oliveira, Ross, & Altimeyer, 2005, & Vicente *et al*, 2016).

A área social vem ganhando espaço no território brasileiro, na qual a maioria das pessoas envolvidas doam seus serviços sem esperar o pagamento mensal, neste sentido as empresas começaram a fazer acordos com organizações privadas, parcerias com o governo e com a instituições sem fins lucrativos, com o objetivo de ajudar as comunidades menos favorecidas, além de proporcionar oportunidade para que cada cidadão possa crescer pessoalmente e profissionalmente, com isso vários trabalhos, pesquisas e projetos estão sendo desenvolvidos nesta perspectiva (Coutinho, 2006, & Martins 2013).

Nos grandes polos empresariais espalhados pelo mundo a prática de trabalhos sociais é algo constante, na qual as multinacionais todos os anos aplicam uma porcentagem relevante do seu capital em instituições sem fins lucrativos, principalmente nos países americanos, que financiam vários projetos com famílias carentes e campanhas com foco mundial, além de destacar o nome da empresa, ganham o apreço da comunidade (Marin, 2003).

Devido ao auxílio financeiro empregado nas instituições sem fins lucrativos, diversos projetos, eventos, campanhas, vem ganhando espaço no território brasileiro, possibilitando para a comunidade acesso à educação, saúde e oportunidades no mercado de trabalho, promovendo atividades com famílias carentes e moradores de rua, viabilizando diminuir a desigualdade social, assim vários profissionais estão inseridos dentro deste contexto, como os administradores, cujo objetivo é planejar, organizar e ter eficácia, tornando-se um grande desafio. (Motta, 1979). As organizações sem fins lucrativos são focadas em projetos sociais, sem rentabilidade monetária, ou seja, vivem por meio de doações variadas (Rosini, 2018).

A responsabilidade social normalmente está atribuída aos órgãos governamentais, porém a forma de planejamento e distribuição são inaptas, neste ponto as organizações são fundamentais, pois auxiliam em diversas áreas (Braga, Silva, & Silva, 2018).

Neste cenário as instituições possuem suas especificações que vão desde o planejamento até sua organização, mesmo sem obter lucro, precisam relatar suas finanças, seguindo as Normas Brasileiras da Contabilidade, para que estejam de acordo com setor judiciário, ou seja, precisa esclarecer a fonte do dinheiro e como são empregados (Silva *et al*, 2017).

Estas organizações recebem o nome de terceiro setor, mas na literatura possui outros nomes, porém com mesmo sentido, sem vínculo com o poder público e suas ramificações, no entanto

sua estrutura se baseia no mercado financeiro, que consiste no planejamento até o objetivo final que é o lucro, diferente das instituições que visam projetos de cunho social, beneficiando a comunidade. (Fernandes, 2012). Dentre as inúmeras organizações, instituições e associações, destaca-se neste meio as de caráter religioso, desempenhando funções essenciais para a sociedade, tanto em serviços sociais como na parte espiritual. (Lima, 2016). Outro ponto relevante na parte da religiosidade é a duração, normalmente são ações executadas a longo prazo, sem período para finalizar, com o auxílio de voluntários, que prestam serviço sem receber pagamento mensal, porém na percepção da maioria das pessoas seria possível apenas para quem tem condições financeiras, mas o fato depende de cada ser humano, o quanto estão dispostos a oferecer em prol da sociedade sem esperar nada em troca (Carvalho, 2008, & Carrion, 2000).

A religiosidade no meio social está presente no cotidiano de cada pessoa e caminha junto com setor financeiro e o governo, além de utilizar as mídias sociais como ferramenta de marketing, visando alcançar parcerias com hospitais, escolas, casa de idosos e crianças, com a finalidade de desenvolver a parte social e espiritual (Portulhak, 2015, & Souza, 2018).

Portanto, as organizações sem fins lucrativos são essenciais, para desenvolver trabalhos sociais em especial as de cunho religioso, em que vivem por meio de doações e do voluntariado, sem a finalidade de obter lucro próprio e sim diminuir a desigualdade dentro da sociedade.

Normalmente as empresas carecem de capital e lucro para se manterem no mercado econômico, diferente das instituições sem fins lucrativos, em que todo capital gerado é empregado nela mesma, logo surgiu na necessidade investigar tal fato. Como é feito o estabelecimento do ponto de equilíbrio na Instituição Religiosa na cidade de Morrinhos no Estado de Goiás?

Em contrapartida, a referente pesquisa contribuirá para o aumento da bibliografia das acerdadas instituições sem fins lucrativos, permitindo agregar conhecimento para o meio científico e estimulando pesquisas futuras.

Logo, consistirá na aplicação de metodologias abordadas no decorrer do curso de administração tais como: ponto de equilíbrio, entradas e saídas, margem de contribuição.

No entanto, o presente trabalho faz menção a todo aprendizado adquirido ao longo de cada disciplina dentro do curso de administração, permitindo ao acadêmico ter um olhar abrangente sobre as diferentes formas e maneiras das organizações e empresas, instituições se desenvolverem, seja para geração de capital lucrativo ou não, com isso o papel do administrador é essencial no mercado financeiro e econômico.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Administração Financeira

A parte financeira é um dos pontos principais de uma empresa, em que necessita de pessoas qualificadas, capazes de gerir os negócios, seja de cunho lucrativo ou não, neste aspecto torna-se parecida com a área contábil e econômica, mas possui suas particularidades, pois a administração, envolve outras temáticas como marketing, recursos humanos, entre outras (Machado, & Fernandes, 2010).

Dentro do âmbito empresarial normalmente os donos participam de forma indireta, atribuindo grande parte das decisões para outras pessoas, neste caso os administradores, em que desempenha a função de mediador, ou seja, aquele que se encarrega dos interesses do proprietário no ramo dos negócios (Ross, 2013).

A importância do administrador e suas funções não substitui o papel do proprietário, pois é preciso ter o planejamento desde a criação até o seu pleno desenvolvimento, tornando-se um conjunto de ideias com auxílio de vários profissionais, inclusive os administradores nas suas inúmeras estratégias de negócios, com visão de capital lucrativos ou apenas por ações sociais (Antonik, 2004).

A administração não está ligada apenas com a responsabilidade financeira dentro da empresa, depende muito da maneira como ela é gerida pelo administrador, pois sua principal função é zelar, independente de qual seja a organização, instituição ou afins (Saraiva, 2016).

Outro fator importante dentro da administração é o ponto de equilíbrio, na qual envolve toda empresa a fim de evitar riscos presentes e futuros como: dívidas e falência, com isso as empresas de modo geral estabelecem o seu crescimento e exerce o domínio de suas finanças, viabilizando novas estratégias e resoluções plausíveis, no entanto o desempenho das empresas, organizações, instituição com ou sem fins lucrativos depende da forma de gestão, ou seja, como está sendo administrado (Trindade, 2020).

2.2 O Ponto de Equilíbrio

Os custos de cada empresa são calculados para demonstrar os lucros e prejuízos, propiciando estabilidade aos negócios, assim as ferramentas e fórmulas dentro da área administrativa são fundamentais, em destaque a margem de contribuição, na qual é utilizada para saber o preço unitário de cada produto além de ser utilizada para ter controle das entradas e saídas e também sobre a geração de capital lucrativo ou de perda, sendo disposta pela fórmula (Zucatto, Janner, & Beber, 2007).

$MC = PV - CV$, onde PV é o preço de venda e CV é o custo variável unitário

Outro indicador usado como ferramenta de análise de custo e lucro é o ponto de equilíbrio, permitindo o cálculo do capital gerado dentro de uma empresa, possibilitando verificar o custo, lucro e até os possíveis prejuízos e falência, neste sentido podem custear seus gastos e controlar todas as entradas e saídas (Zorzal, 2006).

A relevância do ponto de equilíbrio, faz menção a fabricação e a venda de mercadorias, garantindo capital para cobrir os custos fixos ou variáveis, na qual obtém-se lucro zero, ou seja, a empresa precisa faturar o mínimo para se manter e cobrir o custo total, para evitar danos econômicos (Raimundini, Bianchi, & Zucatto, 2008).

Segundo Betiol *et al* (2011, p.48), o ponto de equilíbrio tem finalidade descrever e analisar os recursos de capital gerados pela empresa, seja de caráter lucrativo, neutro ou prejuízo. “O Ponto de Equilíbrio, também conhecido como Ponto de Ruptura, Break-Even Point e análise-custovolume-lucro, é um indicador que informa ao empresário o volume necessário de vendas, no período considerado, para cobrir os custos das mercadorias vendidas, despesas variáveis e despesas fixas”.

A seguir, a fórmula usada para se calcular o Ponto de Equilíbrio: $PE = GF/ MC$

Onde: PE: Ponto de Equilíbrio. GF: Gasto Fixo. IMC: Índice Margem de Contribuição

Este indicador juntamente com a margem de contribuição, acompanha todo capital gerado para os custos e as despesas, sem haver o lucro, na qual a empresa tem uma visão geral de quanto ela necessita para começar a obter lucro, esta ferramenta normalmente é utilizada para período curtos, em que a instituição, organização e afins não tem planejamento para longo prazo (Bibiano, 2017).

2.3 A Importância das Organizações

A parceria entre o mercado e a economia visa à unificação, permitindo o crescimento das empresas de forma nacional e internacional, mas requer planejamento e organização, pois os investimentos correm riscos, podendo gerar lucro ou prejuízo, levando a falência ou expansão dos negócios (Almeida, 2007, & Silva, 2004).

Várias empresas devido à competição de mercado começaram a direcionar seu capital para o estrangeiro em forma de investimento com intuito de fazer parcerias e conquistar espaço no mercado com seus produtos, neste aspecto as grandes potências empresariais observam essas relações com um olhar de futuro, ou seja, qual produto tem maior probabilidade de se fortalecer no mercado mesmo diante de um cenário de crise (Alem, 2005).

O crescimento empresarial chamou a atenção dos administradores devido as modificações realizadas em seu aspecto organizacional, podendo afetar o seu desenvolvimento, patrimônio e até mesmo a permanência no mercado econômico (Siqueira, 1998). As modificações econômicas em firmas, indústrias e empresas tiveram efeitos negativos e positivos, com isso aos grandes potencias e outras empresas privadas aproveitaram a situação para investir em serviços terceirizados, surgindo assim novos modelos trabalhistas com mão de obra de custo baixo (Wood Jr, 2007).

A transformação dos negócios propiciou diferentes caminhos, visando além do lucro, envolver a população e a natureza, criando oportunidades de emprego, desenvolvimento social e sustentável (Aguiar, 2019).

A unificação do mercado financeiro com projetos sociais tornou-se um método para fortalecer o capital e sua atuação no âmbito empresarial, no entanto desempenham funções importantes na qual financiam programas de cunho educacional, social e cultural, além de fazer parcerias em campanhas relacionadas a saúde, oferecendo oportunidades para as populações menos favorecidas (Junior, 2013).

Diante do cenário brasileiro, a desigualdade social tornou-se parte das empresas, de forma a contribuir na vida de cada cidadão, gerando oportunidade aos mais carentes e dando visibilidade nos negócios (Paoli, 2002). Este interesse social influencia significativamente para o mercado exportação afim de aumentar o lucro, fomentando mais projetos, além de promover campanhas ligadas a saúde e também a parte ambiental.

2.4 As Organizações Sem Fins Lucrativos

No decorrer dos anos as instituições visavam apenas realizar ações de caridade, mas na atualidade este ponto não é suficiente, sendo necessário planejar, avaliar, capacitar, formar e propiciar ferramentas, para continuar a desenvolver trabalhos, projetos e campanhas com foco social (Drucker, 2008).

Neste aspecto todo o capital arrecadado é revertido na própria organização ou também chamado de terceiro setor, sendo que todos os envolvidos não recebem salário e doam seu trabalho em prol da comunidade (Bayma, 1997).

Devido ao número elevado de projetos sociais dentro das instituições, o custo para se manterem acaba sendo alto e gerando apreensão, pois como toda empresa, organização ou instituição possuem despesas a ser custeadas todo mês, com isso procuram parcerias, doadores além de estar em constante inovação na tentativa de conservar os projetos e estabelecer um bom relacionamento com as fontes financiadoras e a comunidade (Santos, 2008).

Devido aos custos gerados, muitas organizações começaram a produzir sua própria fonte de renda, em forma de trabalhos manuais diversificados, vendas de alimentos, reforço escolares dentre outros, para suprir parte de suas necessidades, além de receberem as doações (Custódio, 2013). Além de contribuir de maneira positiva na sociedade, estimular outros movimentos e grupos a aderir aos trabalhos e projetos sociais, permitindo novas oportunidades (Marques, 2014).

As ações sociais estão presentes na sociedade desde os tempos mais antigos e continua nos dias atuais, neste meio tempo muitas famílias cooperavam entre si, como forma de caridade uns com outros, funcionando como uma pequena empresa composta por amigos, vizinhos e parentes, gerando renda e em troca oferecia mão de obra e parte da produção funcionava como pagamento, assim muitas comunidades carentes sobreviviam desta maneira (Souza, 2008).

Diante do cenário social a demanda de serviços em prol da comunidade tornou-se cada vez mais significativo, despertando não só no meio público, mas também em empresas privadas a responsabilidade social, surgindo assim o voluntariado no âmbito interno, de forma a aproveitar os funcionários para executar projetos e atividades auxiliando as comunidades mais carentes sem fins lucrativos (Fischer, 2005). Neste sentido o papel do setor administrativo é relevante para propor resoluções de problemas atuais e futuros, relacionados as ações sociais dentro e fora do âmbito empresarial e governamental (Falconer, 1999).

2.5 A Responsabilidade das Igrejas

A responsabilidade social é algo extremamente importante e vem ganhando força ao longo da história, pois muitas pessoas carecem de auxílio, tanto na área financeira quando na área pessoa, pois a desigualdade social ainda é gritante, com isso muitas organizações sem fins lucrativos desempenham papel fundamental nas comunidades carentes (Silva, 2012).

A participação da igreja em comunidades carentes permite um novo olhar, despertando a esperança e abrindo portas, possibilitando que crianças, jovens e adultos tenham acesso à educação, saúde, alimentação, além de disponibilizar de roupas e produtos de higiene pessoal,

auxiliam no desenvolvimento pessoal, neste sentido muitos não são levados para o caminho da marginalização (Kleber, 2014).

Os trabalhos sociais propostos pela igreja visam a dedicação com o próximo, sem esperar algo em troca ou pagamento salarial, para isso as pessoas envolvidas precisam ter compaixão e animo para oferecer o serviço de forma voluntária (Silva, 2006).

Entre os vários caminhos da responsabilidade social, destaca-se a religiosidade, em especial a Igreja Católica que durante muito tempo e ainda continua a participar ativamente do campo familiar, constituídos de pastorais e movimentos, além de contar com a contribuição fervorosa da Sociedade São Vicente de Paulo, com as doações de cestas básicas (Moniz, 2014).

A igreja tem papel importante dentro da sociedade, estando presente na vida de muitas famílias, na qual se encontram as margens da marginalização, das drogas, das dependências químicas e da miséria (Paila, 2014). Com isso inúmeros projetos são desenvolvidos dentro das comunidades católicas, em que oferecem ajuda para os dependentes químicos e seus familiares, dispondo de profissionais da saúde e também a parte espiritual (Targino, 2016).

As diversas faces da caridade presente dentro da Igreja Católica Apostólica Romana é dividida em pastorais e projetos, vinculados a amparar o próximo de maneira espiritual e material como alimentação, vestimentas e até mesmo na parte educacional (holanda, 2014). Na qual cada uma possui suas funções específicas, formando um elo entre caridade e desenvolvimento humano (Neves, 2014).

Neste contexto os trabalhos voluntários são essenciais, carecendo de pessoas dispostas a doar seus serviços em prol de cada cidadão, como forma de compaixão, respeito e caridade (Anjos, 2008).

2.6 As Políticas Públicas e Projetos Sociais

As políticas públicas desempenham funções importantes na sociedade, contribuindo nas práticas sociais e econômicas, em especial nos projetos de caráter social, possibilitando a mudança na realidade de muitas pessoas, gerando oportunidades de emprego, educação, cultura e saúde, porém ainda ocorre muitas falhas na estrutura e no planejamento, carecendo de uma visão mais holística e transparente, para que não haja desvio de verba prejudicando o andamento das ações sociais (Peixoto, 2012).

As falhas nos programas sociais estão relacionadas ao capital investido e falta apreço, fazendo com que as pessoas mais carentes passem por dificuldades constantemente, com isso o planejamento, a estrutura, a execução e os resultados devem ser observados minuciosamente, para que aos riscos dos impactos sejam amenizados (Cotta, 1998).

Diante de todas as realidades presentes nos programas sociais, apesar das falhas, tem alcançado a população brasileira de modo benéfica, focando as atividades em crianças, adolescentes, famílias carentes e moradores de rua, entre outros grupos esta prática requer atenção dobrada, além de trabalho voluntário que é fundamental (Guedes, 2006).

No Brasil ainda há uma enorme lacuna nas políticas públicas em especial a forma como é dividida os recursos financeiros dentro da sociedade, em que a maioria das pessoas sobrevivem

com pouco ou praticamente nada, enquanto outros recebem rendas elevadas. Neste aspecto ocorre o desequilíbrio aumentando principalmente a pobreza e a miséria, impossibilitando que o homem tenha acesso aos meios básicos de saneamento, saúde, alimentação, cultura e um lar (Gomes, 2005).

As ações sociais promovidas pelo governo em sua maioria envolvem crianças e adolescentes, pelo fato de estarem mais exposta a marginalização, assim vários projetos se encontram em favelas e bairros com alto índice de violência e circulação de drogas (Kerbauy, 2005). Os projetos sociais adotados pelo governo estão ligados ao Estatuto da Criança e do Adolescente, carecendo de planejamento, investimentos e modificações para obter êxito (Sposito, 2003).

3 MÉTODO

A Igreja Católica Apostólica Romana se organiza de forma simples e de fácil compreensão, sendo pastoreada por uma única pessoa o Papa (Francisco), em que são distribuídas as funções e as atividades dentro do âmbito religioso, assim a estrutura hierárquica do catolicismo começa pelo líder o Papa , depois os Cardeais, Arcebispos, Bispos, Padres, Diáconos, Leigos e a Comunidade, além disso é organizada em Santa sé, Conselho Episcopal Latino Americano, Conselho Nacional dos Bispos do Brasil, Arquidiocese/ Diocese, Paróquias e Capelas (Ribeiro, 2018), neste sentido dentro da paróquia existem outras divisões, denominadas de pastorais e movimentos.

Para este trabalho foram coletadas informações administrativas referentes a janeiro de 2020 até dezembro de 2020, disponibilizadas pela Instituição Religiosa no seu Escritório Paroquial. Cada entrada e saída é controlada e registrada, através de notas fiscais e comprovantes, todos os registros são contabilizados e enviados para a Diocese Itumbiara, na qual se localiza na cidade de Itumbiara no Estado de Goiás. Para o levantamento quantitativo foi utilizado o ponto de equilíbrio para verificar como as instituições sem fins lucrativos conseguem se manter apenas com doações, parcerias e até mesmo com festas dos padroeiros de cada comunidade.

A Capela N. Sra. Do Carmo foi fundada no século XIX por Antônio Correia Bueno, natural de Patrocínio no estado de Minas Gerais, aqui chegando, em cumprimento a uma promessa religiosa, na qual se localiza no setor Centro, na Rua Alagoas, nº 397, com horário de atendimento de segunda a sexta das 08h00min às 11h30min- 13h às 18h. (Fontes, 1980, p.17).

A cidade de Morrinhos localiza-se no Sul de Goiás, fazendo divisa com os municípios de Água Limpa, Aloândia, Buriti Alegre, Caldas Novas, Goiatuba, Piracanjuba, Pontalina e Rio Quente, distante da capital do estado, Goiânia 128 km, na qual é cortado pela BR 153 (Fontes, 1980, & Vieira, 2010).

A religião católica deveria expandir-se em toda a cidade que crescia no sentido oeste, também, devemos registrar o trabalho efetivo da tríade – Pe. Geraldo Eloy Lívero, Pe. José Romualdo D’Gasperi e Pe. Antônio Fernando Brochini (hoje bispo da Diocese de Itumbiara), que na década de 1980, planejaram e implantaram a setorização da cidade de Morrinhos e Comunidades Rurais, dividindo o município em pequenas comunidades, como: São João Batista, São Paulo Apóstolo, Santos Esposos, São Pedro, Santo Agostinho, São Francisco e Santa Luzia, isso propiciou a formação de lideranças, como também a vivência da fé, favorecendo, indiretamente, a criação da segunda Paróquia em nossa cidade, a do Cristo Redentor e os Centros Comunitários, foram quase na sua totalidade, transformados em Capela

(São João Batista) e igrejas: São Pedro, São Paulo Apóstolo, Santos Esposos, São Francisco e Santo Agostinho (Mata, 2010, & Alves, 2012).

O levantamento da pesquisa ocorreu entre fevereiro de 2021 a abril de 2021, cada apontamento abordado foi baseado em artigos científicos e através de dados financeiros do ano de 2020 disponibilizados pela Instituição Religiosa, com a finalidade de verificar o ponto de equilíbrio de uma instituição sem fins lucrativos. Os resultados de todo cálculo foram quantificados pela fórmula do ponto equilíbrio e margem de contribuição, contendo a receita gerada de acordo com as entradas e saídas.

4 RESULTADOS

O mercado financeiro, de forma geral busca diferentes maneiras de rentabilidade, focando em produtos ou empresas menos procuradas e modernas, na qual oferecem alta probabilidade de lucro e êxito (Mafrá, 2005). A economia brasileira está ligada diretamente com o comércio, favorecendo as indústrias e gerando empregos, para tal evento torna-se necessário adotar novas estratégias, pois o setor econômico possui adversários variados, podendo acarretar em obstáculos, na parte administrativa e contábil (Dal Ri, 2017). Os planejamentos norteados pelas empresas utilizam-se de meios contábeis e administrativos para verificar o orçamento, controle, gestão e efetivação (Rieger *et al*, 2019).

Segundo Frare (2016, p.14), as empresas estão sujeitas a diversos riscos seja positivo ou negativo, “Todo investimento possui riscos e isso é inerente ao mercado, uma vez que, o comportamento das inúmeras variáveis presentes no cotidiano dos negócios é incerto. Em decorrência disso, a gestão é diretamente afetada, visto que as incertezas impactam na qualidade das decisões”.

Para que a empresa tenha assertividade em suas finanças, seja ela de caráter lucrativo ou não, são empregadas as fórmulas e cálculos da administração conforme Andrade descreve (2012, p. 4), “O Ponto de Equilíbrio se refere à igualdade entre os valores de duas funções distintas, neste caso estas funções são a de receita total e de custo total, em outras palavras, uma empresa atinge seu ponto de equilíbrio quando ela consegue pagar suas despesas, mas não obtém lucro.”

Segundo Cruz (2006) todas as receitas, despesas, custos fixos e variáveis, são importantes, seguindo a fórmula: $\text{Ponto de Equilíbrio} = (\text{custos} + \text{despesas fixas}) / \text{Margem de contribuição}$.

De acordo com Mafrá (2005, p. 41) faz menção sobre o cálculo da margem de contribuição: “A Margem de Contribuição é possível no Custeio Variável, pois nele os Custos Fixos não são apropriados ao produto, e sim lançados integralmente no resultado. Sendo apropriado aos estoques somente os custos variáveis.”

Para calcular a margem de contribuição soma-se os custos despesas fixas, depois soma-se custos despesas variáveis seguindo a fórmula: $\text{Receita} - \text{Custos e despesas variáveis} = \text{Margem de contribuição}$.

A partir dos dados coletados calculou-se o ponto de equilíbrio, este cálculo permite identificar o lucro e prejuízo de qualquer empresa, organização ou instituição sem fins lucrativos, com isso é necessário todo um planejamento, para que ocorra o controle das saídas e entradas, seja por

parte de doações, parcerias ou eventos locais, como as festas dos santos padroeiros das comunidades.

Com a finalidade de relacionar as atividades de cunho religioso e ao mesmo tempo ajudar a sociedade em trabalhos sociais de forma voluntária, gerando apenas o suficiente para manter os projetos e investir na infraestrutura.

Todo balancete gerado é apresentado de forma clara em uma reunião realizada no começo ano chamada de CPP, em que é apresentado para todos os presentes como o capital gerado é aplicado, já que se trata de uma instituição sem fins lucrativos.

Conforme dados obtidos na prestação de contas da Paróquia no período de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020. O montante das receitas (entradas) no valor total de R\$ 469.214,48, e o valor total de despesas (saídas) R\$ 474.357,24.

Através dos valores das entradas (Certidão de Batismo, Taxas de Batismo, Certidão do Crisma, Taxas de Matrimônio, Certidão de Matrimônio, Coleta Comuns, Dízimo, Doações recebidas, Intenções de Missas, Artigos Religiosos, Festas e Quermesses, Patrocínios, Coletas Especiais, Outras Ofertas Destinadas e Transferência de Banco), o percentual da margem de contribuição anual de 2020, disposto pela fórmula: $\text{Receita} - \text{Custos e despesas variáveis} = \text{Margem de contribuição}$.

Juntamente com os cálculos das entradas e da margem de contribuição foi encontrado o percentual 0,18%. Portanto, para que a Instituição Religiosa mantenha seus custos fixos, a mesma deve obter um faturamento mínimo de R\$ 263.536,661, sendo assim todo valor obtido através de doações, parcerias e outras atividades devem ser maior ou igual a este valor, para que a mesma não tenha prejuízo e ou risco de adquirir dívidas. Para este cálculo foi realizado o ponto de equilíbrio: $\text{Ponto de Equilíbrio} = (\text{custos} + \text{despesas fixas}) / \text{Margem de contribuição}$.

O ponto de equilíbrio da Paróquia é de R\$ 263.536,661, com este faturamento anual a mesma estará se comprometendo com todos os seus custos, porém não haverá o lucro como esperado no meio econômico, já que se trata de uma instituição sem fins lucrativos, ou seja, este será o valor gerado apenas custear as despesas.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho possibilitou maior conhecimento sobre o funcionamento financeiro da Instituição Religiosa, pois como toda empresa, organização ou instituição precisa de capital para se manter, neste caso por ser tratar de uma instituição sem fins lucrativos sua finalidade não é o lucro, é sim desenvolver e promover ações sociais com auxílio de doações, parcerias e até mesmo através de eventos festivos dentro das comunidades.

Em relação aos cálculos financeiros utilizados nesta pesquisa, o ponto de equilíbrio permitiu observar os resultados de forma mais transparente, além de proporcionar esclarecimento e onde o mesmo é aplicado.

Portanto, é importante destacar que o custo anual gerado, é aplicado dentro da própria Paróquia, de forma social, custos de manutenção, estrutura, festividades entre outras realidades. Neste sentido a Igreja é como uma multinacional, cujo o fundador é Cristo e o lucro é ajudar os

necessitados, com alimentos, vestimentas, auxiliado na saúde, e principalmente na parte espiritual, propiciando a cada ser humano uma vida mais digna.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, L. L. (2019). Responsabilidade social nas empresas do setor farmacêutico, brasileiras e estrangeiras, no brasil. *Risus – Journal on Innovation and Sustainability*, São Paulo, v. 10, n.2, p56-70., Jun/Ago - ISSN 2179-3565 57.
- Alem, a. C., & Cavalcanti, c. E. S. (2005). BNDES e o apoio a internacionalização das empresas brasileiras: algumas reflexões.
- Almeida, A. (2007). *Internacionalização de empresas brasileiras: perspectivas e riscos*. Elsevier.
- Alves, w. R., Toledo, G. A., & Menêzes, M. L. C. (2012). A Paleografia e os registros de batismo de Morrinhos Goiás.
- Anjos, G. (2008). Liderança de mulheres em pastorais e comunidades católicas e suas retribuições. *cadernos pagu*, n. 31, p. 509-534.
- Andrade, E. N., Nardi, V. G; & Barrios, J. C. (2012). Processo decisório: uma análise de como o ponto de equilíbrio auxilia na tomada de decisão. *Etic-encontro de iniciação científica-issn 21-76-8498*, v. 8, n. 8.
- Antonik, L. R. (2004). A administração financeira das pequenas e médias empresas. *Revista FAE Business*, v. 8, p. 35-38.
- Bayma, F. (1997). Capacitação de administradores para as organizações sem fins lucrativos. *Revista de Administração Pública*, v. 31, n. 6, p. 119-126.
- Betiol, B. M., Tanahara, L. R., & Franco, A. L. (2011). Cálculo do ponto de equilíbrio como uma ferramenta gerencial. *T278 Temas em Administração: diversos olhares/Faculdades Integradas Padre Albino, Curso de Administração.--Vol. 4, n. 1 (jan./dez. 2011)--Catanduva: Faculdades Integradas Padre Albino, Curso de Administração, 2008-v.: il.; 27 cm, v. 15806, p. 47.*
- Bibiano, T. A. (2017). Apuração do ponto de equilíbrio na atividade leiteira: estudo de caso em um pequeno produtor na cidade Belmiro Braga.
- Braga, E. S., Silva, D. L., & Silva, F. P. (2018). Gestão no Terceiro Setor: Uma análise dos indicadores de gestão, stakeholders e gestão de materiais à luz de uma instituição do terceiro setor situada em Rondonópolis-MT. *Revista Estudos e Pesquisas em Administração*, v. 2, n. 3, p. 96-110, 2018.
- Cardoso, M. E. *et al.* (2013). Trabalho em equipe: uma estratégia de gestão. *Carrion, R. M. Organizações privadas sem fins lucrativos: a participação do mercado no terceiro setor. Tempo social*, v. 12, n. 2, p. 237-255, 2000.
- Carvalho, J. M.S. (2008). *O desempenho nas organizações sem fins lucrativos*. Instituto Superior da Maia.
- Cotta, T. C. (1998). *Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto*.
- Coutinho, R. B. G., & Macedo, S. T. D. L. A; Silva, J. R. G. (2006). Projetos sociais de empresas no Brasil: arcabouço conceitual para pesquisas empíricas e análises gerenciais. *Revista de administração Pública*, v. 40, n. 5, p. 763-787.
- Cruz, J. A. W. (2006). O impacto do custo do capital próprio no ponto de equilíbrio. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, v. 11, n. 1.

- Custódio, E. B., Jacques, F. V. S., & Quintana, A. C. (2013). Organizações sem fins lucrativos: um estudo bibliométrico. *REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036*, v. 5, n. 2, p. 107-127.
- Dal RI, I. *et al.* (2017). Custeio variável, margem de contribuição e ponto de equilíbrio: aplicação e análise em uma micro empresa do ramo petshop. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Administração. Curso de Especialização em Finanças.
- Drucker, P. F. (2008). *Cinco Perguntas Essenciais Que Voce Sempre*. Elsevier Brasil.
- Falconer, A. P. (1999). *A promessa do terceiro setor*. Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor. Universidade de São Paulo.
- Fernandes, J. G. (2012). *A Gestão de Recursos Humanos nas Organizações sem Fins Lucrativos: O caso da APPACDM do Porto*.
- Fischer, R. M. (2005). Estado, mercado e terceiro setor: uma análise conceitual das parcerias intersetoriais. *Revista de Administração-RAUSP*, v. 40, n. 1, p. 5-18.
- Fontes, Z. D. (1980). *Morrinhos de Capela a Cidade dos Pomares*. Goiânia: Oriente.
- Frare, G. L. *et al.* (2016). Contribuições do cálculo do ponto de equilíbrio para a gestão de micro e pequenas empresas.
- Gomes, A. N. *et al.* (2006). Sustentabilidade de empresas de base florestal: o papel dos projetos sociais na inclusão das comunidades locais. *Revista Árvore*, v. 30, n. 6, p. 951-960.
- Gomes, M. A., & Pereira, M. L. D. (2005). Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, p. 357-363.
- Guedes, S. L. *et al.* (2006). Projetos sociais esportivos: notas de pesquisa. XII Encontro Regional de História Anpuh, p. 1-10.
- Holanda, V. B. (2015). 2º Simpósio Sudeste da ABHR. Ação social e Igreja Católica: um estudo a partir do trabalho caritativo na Pastoral da Criança, no município de Acarape.
- Junior, M. M. O. (2013). *A Responsabilidade Socioambiental das Empresas Estrangeiras no Brasil: Uma Comparação com as Empresas de Capital Nacional*.
- Kerbauy, M. T. M. (2005). Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais?. *Estudos de Sociologia*.
- Kleber, M. O. (2014). A rede de sociabilidade em projetos sociais e o processo pedagógicomusical. *Revista da ABEM*, v. 19, n. 26.
- Lima, A. S. *et al.* (2016). *Gestão de pessoas em organizações religiosas: o caso da Igreja Presbiteriana do Brasil*.
- Machado, P. P., & Fernandes, L. A. (2010). Análise do ponto de equilíbrio de uma rede de supermercados. *SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA*, v. 7.
- Mafra, A. J. (2005). *Ponto de Equilíbrio no Cultivo de Cogumelo do Sol*. 60f. Monografia - Departamento de Ciência Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: < <http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis294304>>. Acesso em 20 de julho de 2021.
- Marin, S., & Galindo, D. (2003). *Instituições sem fins lucrativos*. Rits acervo, jan, 2003.

- Marques, S. R. C. (2014). A importância da gestão na sustentabilidade de organizações sem fins lucrativos prestadoras de serviços sociais. Tese de Doutorado.
- Martins, V. F. (2013). A. Gestão do desempenho organizacional numa entidade sem fins lucrativos. Tese de Doutorado. FEUC.
- Mata, Sérgio da. (2010). História & Religião. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Moniz, J. B. (2014). Igreja Católica e Caridade em Portugal. Do múnus bíblico de ajudar o outro à sua indispensabilidade no século XXI. Revista Brasileira de História das Religiões, v. 7, n. 19, p. 223-256.
- Motta, P. R. (1979). Planejamento estratégico em organizações sem fins lucrativos: considerações sobre dificuldades gerenciais. Revista de Administração Pública, v. 13, n. 3, p. 7-21.
- Neves, F. C. (2014). Caridade e controle social na Primeira República (Fortaleza, 1915). Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 27, n. 53, p. 115-133.
- Oliveira, B., Ross, E. S., & Altimeyer, H. Y. (2005). Proposta de um modelo de planejamento estratégico para instituições sem fins lucrativos. Revista da FAE, v. 8, n. 1.
- Paoli, M. C. (2002). Empresas e Responsabilidade Social: os enredamentos da cidadania. Democratizar e democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, p. 375-418.
- Peaucelle, J. L., & Guthrie, C. (2012). A vida privada de Henri Fayol e sua motivação para construir uma ciência da gestão. Journal of Management History.
- Peixoto, B. *et al.* (2012). Avaliação econômica de projetos sociais. Fundação Itaú Social.
- Portulhak, H. (2015). Controle gerencial em organizações eclesíásticas: planejamento e controle orçamentário em uma igreja católica no estado do Paraná. Anais do EVINCI-UniBrasil, v. 1, n. 4, p. 205-219.
- Ribeiro, E. J. (2018). Organização e gestão da igreja católica, e o impacto social. EIICC Evento Internacional de Inicial Científica.
- Rieger, M. *et al.* (2019). Orçamento empresarial como ferramenta de gestão: Margem de contribuição, ponto de equilíbrio, rentabilidade e lucratividade nas empresas terceirizadas de geração de vapor. ReGor, São Paulo, v. 4, n. 2, 2019.
- Rosini, A. M., & Silva, A. A. (2018). Governança corporativa: análise de boas práticas em uma instituição religiosa corporate governance: analysis of good practices in a religious institution. Revista Científica Hermes n, v. 20, p. 202-227.
- Ross, S. A. *et al.* (2013). Fundamentos de administração financeira. AMGH Editora, 2013.
- Santos, N. C. *et al.* (2008). Captação de recursos financeiros em organizações sem fins lucrativos: a utilização de indicadores de gestão para os doadores e beneficiários dos projetos sociais. REGE Revista de Gestão, v. 15, p. 75-91.
- Saravia, E. J. (2016). Administração pública e administração de empresas: quem inspira a quem?. Revista ADM.MADE, v. 14, n. 3, art. 2, p. 1-8, 2010.
- Silva, A. L. C. (2004). Governança corporativa, valor, alavancagem e política de dividendos das empresas brasileiras. Revista de Administração da Universidade de São Paulo, v. 39, n. 4.
- Silva, C. N. (2006). Igreja católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. Sociologias, n. 15, p. 326-351.

- Silva, M. T., & Santos, S. A. (2012). Gestão nas organizações sem fins lucrativos. Anais do Seminário das Faculdades Integradas Campos Salles, v. 4.
- Silva, P. K. F. *et al.* (2017). Práticas contábeis adotadas por entidades do terceiro setor: uma análise junto a templos religiosos de Pernambuco à luz da itg 2002. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, v. 5, n. 3, p. 123-139.
- Siqueira, T. V (1998). Concentração da propriedade nas empresas brasileiras de capital aberto.
- Souza, A. R. (2018). Determinados contornos jurídicos, assistenciais e econômicos de organizações cristãs. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 18, n. 1, p. 237-255.
- Souza, W. J. (2008). Responsabilidade social corporativa e terceiro setor. Brasília: Universidade Aberta do Brasil, 2008.
- Sposito, M. P., & Carrano, P. C. R. (2003). Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista brasileira de educação*, n. 24, p. 16-39.
- Targino, J. Características de uma comunidade católica carismática no atendimento a dependentes químicos: estudo de caso. *REFLEXUS-Revista Semestral de Teologia e Ciências das Religiões*, v. 10, n. 15, p. 183-203, 2016.
- Trindade, J “Como calcular o ponto de equilíbrio financeiro do seu negócio”. 2020. Disponível em: <https://esagjr.com.br/blog/administracao-financeira/como-calculer-o-ponto-de-equilibrio-financeiro-do-seu-negocio>. Acesso em: 23/02/2021.
- VICENTE, C. R. B. *et al.* Orientação para o Mercado em Organização sem Fins Lucrativos. *Revista Administração em Diálogo-RAD*, v. 18, n. 2, p. 144-160, 2016.
- Vieira, M. A. F. R. D. *et al.* Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água em Morrinhos/GO: a luta para entrar e o desafio para permanecer na terra. 2010.
- Wood JR, T., & Caldas, M. Empresas brasileiras e o desafio da competitividade. *Revista de administração de empresas*, v. 47, n. 3, p. 1-13, 2007.
- Zucatto, L. C., Janner, P., & Beber, S. J. N. (2007). O ponto de equilíbrio como Instrumento de apoio à decisão estratégica na gestão de uma instituição de ensino comunitária. In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC.